



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 517/11



Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Unidade Infantil Yvone Pimentel, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO STEPHANES JUNIOR

Fla. 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/11



SÚMULA: Altera o Parágrafo Único do art. 2º, da Lei nº 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.


Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs, 11.096, de 16 de maio de 1995; 12.125, de 22 de abril de 1998 e 13.512, de 21 de Janeiro de 2002, incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

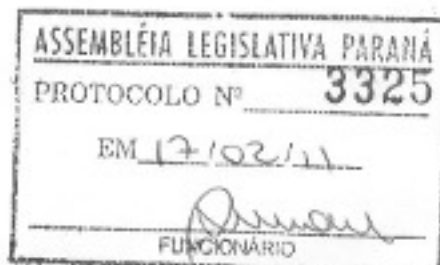
Art. 2º ...

Parágrafo Único: A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.


REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

Num primeiro momento cabe salientar que os municípios abaixo relacionados pertencem à Região Metropolitana de Curitiba e, estão a uma distância de Curitiba maior do que **Piên e Campo do Tenente**, a saber:

1) Doutor Ulysses à 163 Km; 2) Adrianópolis à 127 KM; 3) Cerro Azul à 108 Km;

Integrar estes municípios à RMC se fazem necessárias, haja vista o grande número de mão-de-obra que estes municípios alocam em Curitiba, e visando proporcionar justa integração destes trabalhadores à capital do Paraná, esta medida trará uma melhoria na qualidade de vida, não somente destes trabalhadores, mas como dos municípios de Piên e Campo de Tenente.

Esta proposta visa alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, e colocar os benefícios disponibilizados pelo Poder Público ao dispor dos cidadãos que lutam pelo crescimento de seus municípios, e concomitantemente beneficiam Curitiba com o suado labor do dia-a-dia prestado em empresas da nossa Capital e, para que, efetivamente alcancem a maior parte da população da Região Metropolitana.

Uma das principais melhoria na qualidade de vida que se irá proporcionar aos municípios de Piên e Campo do Tenente, será a integração do transporte coletivo, haja vista a eficiência deste dispositivo, consolidada com a RIT – Rede Integrada de Transportes; cujos trabalhadores serão os maiores beneficiados, efetivamente, além de maior rapidez no deslocamento ao trabalho, resultando em consequente alta da produtividade, além da economia e customização para empresas e empregados.

Isto posto solicito o pleno apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, pela relevante importância sócio-econômica da matéria aqui elencada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO



Súmula: Requer a anexação dos Projetos de Lei nº 181/11 e 234/11 ao 045/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, a anexação dos **Projetos de nº 181/2011 e 234/2011 ao 045/2011**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

PARECER AO PROJETO LEI Nº 045/11 (anexado aos Projetos 181/11 e 234/11)

Projeto de Lei nº 045/11

Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projetos anexados:

Projeto de Lei nº 181/11 – Autor: Dep. Reinhold Stephanes Júnior

Projeto de Lei nº 234/11 – Autores: Dep. Anibelli Neto e Dep. Toninho Wandscheer

SUMULA: Altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

EMENTA: INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS À REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. MUNICÍPIOS DE PIÊN E CAMPO DO TENENTE. LEI ESTADUAL 11.027/1994. CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. LEGAL E CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

1. DO PROJETO LEI

O Projeto Lei nº 045/11 de autoria do Dep. Reinhold Stephanes Júnior, anexado ao Projeto de Lei nº 181/11, de autoria, também, do Dep. Reinhold Stephanes Júnior e ao Projeto de Lei nº 234/11 de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, altera o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei 11.027 de 29 de d de 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente à Região Metropolitana de Curitiba.

2. COMPETÊNCIA E PREVISÃO LEGAL

Primeiramente, é imprescindível analisar a competência legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

deliberar sobre planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento. A saber, artigo 53 da Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Ademais, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que a COMEC é o órgão de apoio técnico que organiza a Região Metropolitana de Curitiba. Vejamos o que dispõem os arts. 21, 22 e 23 da Constituição Estadual:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22. O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Art. 23. É facultada a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, a criação ou modificação da Região Metropolitana se dá através de lei.

Assim, compreendemos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.

3. CONCLUSÃO

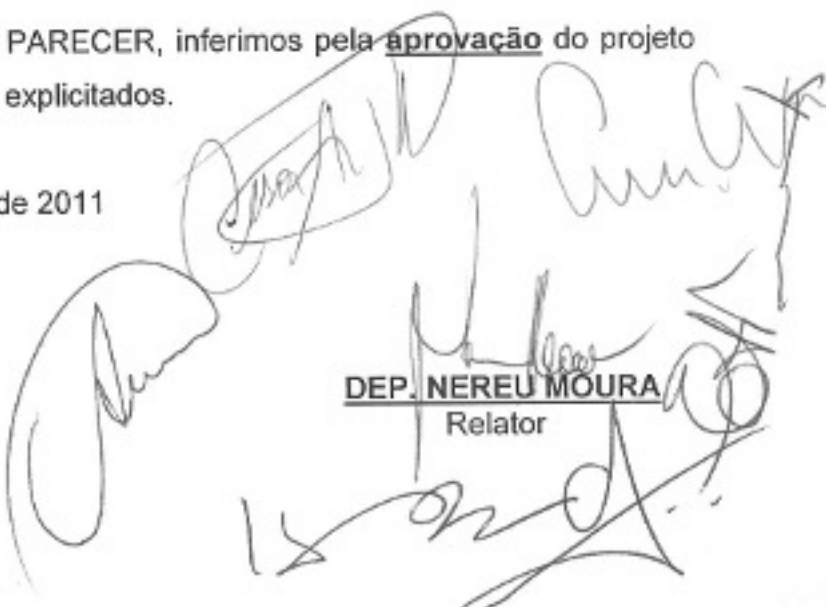
Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, dentro da legalidade.

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Desta forma, em decorrência de PARECER, inferimos pela **aprovação** do projeto que ora se analisa, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2011


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão


DEP. NEREU MOURA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 045/2011

Projeto de Lei Complementar nº 045/2011 - *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente."*
PLs anexados – 181/11 e 234/2011

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Reinhold Stephanes Junior que *"Altera Parágrafo Único do art. 2º da Lei 11.027 de 29 de dezembro de 1994, (COMEC) incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente"* teve anexado os Projetos de Lei Complementar nº181/11 de autoria do mesmo nobre deputado, e ao PL Complementar nº 234/11, de autoria dos Deputados Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, que também incluem o município de Rio Negro, além dos dois citados na súmula.

Pretendem os autores modificar a Lei nº11.027/1994, que cria a Região Metropolitana de Curitiba e cria a Autarquia COMEC, no sentido de ampliar o rol de municípios pertencentes a citada região metropolitana. Argumentam, os autores, que outros municípios que fazem parte da COMEC distam da Capital mais de 160km, como o caso de Doutor Ulysses, e que os municípios a serem inseridos tem uma distância inferior a citada e que participam mais do dia-a-dia da Região.

O Projeto de Lei complementar passou pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável e agora é chamada esta Comissão Permanente para emitir parecer. No que tange a competência de nossa Comissão é preciso salientar que há anos o IPARDES, a COMEC e outros entes apontam que a expansão da Região Metropolitana de Curitiba deve se dar no sentido sul, ou seja, no mesmo sentido em que se encontram os municípios propostos pelos autores.

Incluí-los, assim, faz parte de estudos e de apontamentos de órgãos de planejamento e também de uma vontade dos munícipes que receberão uma série de benefícios, integrando ainda mais a região e permitindo que o colar de expansão da Região seja efetivamente cumprido.

Assim como houve a anexação dos projetos de lei é necessário uma emenda modificativa no sentido de incluir no texto do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027/1994, cuja alteração é proposta pelo artigo 1º do projeto de lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

complementar em tela, no sentido de incluir o município de Rio Negro, na forma da emenda em anexo.

Com certeza o projeto de lei complementar vem beneficiar a Região Metropolitana e assim deve prosperar, considerando-se a inclusão da emenda anexa.

Diante de todo o exposto somos **FAVORÁVEIS**, s.m.j., ao prosseguimento do projeto de lei complementar.

Sala das comissões, 31 de maio de 2011.

Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda Modificativa ao PL Complementar nº045/2011

Altera-se o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº045/2011, incluindo o município de Rio Negro no rol dos municípios que constituem a Região Metropolitana de Curitiba, passando o artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º idem

Lei 11.027/94

Art.2º - ...

Parágrafo único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do sul, Campina Grande do Sul, **Campo do Tenente**, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Ipa, Madirituba, **Piên**, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, **Rio Negro**, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais desmembradas”

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator


Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais

PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº045/11, 181/11 E 234/11

PREFÁCIO

O Projeto de Lei nº 045/11, de autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior, Projeto de Lei Complementar nº 181/11, de autoria do Deputado Reinold Stephanes Junior e Projeto de Lei nº 234/11, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli Neto e Toninho Wandscheer, todos anexos, visam respectivamente, alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba; alterar o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11027/94 – COMEC, incluindo o Município de Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba; incluir os Municípios de Piên e Rio Negro na Região Metropolitana de Curitiba.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Metropolitanos, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Os Municípios de Piên e Campo do Tenente encontram-se a uma distância menor de Curitiba do que alguns municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Visando proporcionar justa integração dos trabalhadores destes municípios com a Capital do Estado, alavancar as condições de crescimento para estes municípios e toda a região, melhorar a qualidade de vida através da integração do transporte coletivo, são alguns dos vários objetivos desta matéria.

DA CONCLUSÃO

*Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser de suma importância o teor dos mencionados projetos. Assim, manifestamo-nos pela sua **aprovação**.*

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de julho de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



DEP. PLÁUTO MIRÓ

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTÓCOLO Nº 4722
EM 03/03/2011
FUNÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 162/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 MAR. 2011

Plauto
1º Secretário

Súmula: Fica acrescido o § 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná constar em todos os editais de licitação e contratos diretos para obras públicas promovidos pelo Governo do Estado, a exigência de reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas.

Art. 1º Fica acrescido o § 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, nos seguintes termos:

§ 11. No caso de contratação de obras pública, e em todos os contratos diretos realizados com o mesmo fim, a empresa licitante deverá comprovar que mantém em seu quadro funcional 5% (cinco por cento) de funcionários do sexo feminino na área de construção civil, desde que a reserva não seja incompatível com o exercício das funções objeto dos contratos.

1 – Não se entendem como empregados na área de construção civil, para efeitos desta lei, os cargos na área de limpeza, faxina e afins, bem como as vagas na área administrativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



- II – Entende-se como empregos na área de construção civil, para fins desta lei, os cargos na área operacional.
- III – A exigência prevista neste parágrafo será obrigatoriamente reservada quando da renovação de contratos.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2011

Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão tem por escopo incluir a obrigatoriedade nos editais de licitação de obras públicas, e em todos os contratos diretos realizados com o mesmo fim promovidos pela administração pública estadual, a reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres.

A proposição visa dentro das políticas de ações afirmativas, inserir as mulheres neste amplo setor econômico, visando impedir discriminações impostas nas contratações dos setores operacionais da construção civil, e por conseguinte a confirmação constitucional de princípio da igualdade material.

O princípio da igualdade, tal como concebido no sistema constitucional brasileiro, não só é compatível, como, em determinadas situações, reclama a promoção de políticas de ação afirmativa, para superação de desigualdades profundamente entrenchadas nas nossas práticas sociais e instituições, tais como a diferença de oportunidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

A Constituição de 1988 insere-se no modelo do constitucionalismo social, no qual não basta, para observância da igualdade, que o Estado se abstenha de instituir privilégios ou discriminações arbitrárias. Pelo contrário, "parte-se da premissa de que a igualdade é um objetivo a ser perseguido através de ações ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



políticas públicas, que, portanto, ela demanda iniciativas concretas em proveito dos grupos desfavorecidos"¹.

A própria Constituição, aliás, consagrou expressamente políticas de ação afirmativa em favor de segmentos sociais em situação de maior vulnerabilidade. Para citar os dois exemplos mais evidentes, o art. 7º, XX, da Carta, que prevê "a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei".

Nesse contexto normativo, o art. 3º, inciso IV, da Carta, ao vedar os preconceitos de "raça, sexo, cor, idade, e outras formas de discriminação", não pode ser visto como um empecilho para a instituição de medidas que favoreçam os grupos e segmentos que são costumeiramente discriminados, ainda que tais medidas adotem como fator de desigualdade qualquer destes critérios, eis que o inciso III do citado artigo, imputa também o dever de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Ademais, o argumento contrário ao enfoque compensatório em matéria de ação afirmativa parece ignorar que as injustiças da discriminação das mulheres não se encerraram no passado, com a emancipação feminina.

Aliás, o argumento compensatório foi brilhantemente invocado pelo Ministro Carlos Britto, no voto que proferiu na ADIn nº 3.330-1/DF, que impugnou normas do chamado PROUNI:

¹ SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional e Igualdade Étnico-Racial**. In: Flávia Piovesan e Douglas Martins (Coord.). *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p.66.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



"Esta possibilidade de o Direito legislado usar a concessão de vantagens a alguém como uma técnica de compensação de anteriores e persistentes desvantagens factuais não é mesmo de se estranhar, porque o típico da lei é fazer distinções. Diferenciações. Desigualações. E fazer desigualações para contrabater renitentes desigualações. É como dizer: a lei existe para, diante dessa ou daquela desigualação que se revele densamente perturbadora da harmonia ou do equilíbrio social, impor outra desigualação compensatória."

Ainda, quanto à técnica legislativa de inclusão de parágrafo no art. 76 da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, a perfeita consonância com os objetivos pretendidos pelo projeto, no tocante à legalidade e a eficácia.

Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange a matéria supracitada.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2011


Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 162/11

Projeto de Lei nº 162/11

Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

Súmula: Fica acrescido o § 11 do artigo 76 da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná constar em todos os editais de licitação e contratos diretos para obras públicas promovidos pelo governo do Estado, a exigência de reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DE RESERVA DE 5% DAS VAGAS PARA MULHERES NA ÁREA OPERACIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL QUE PARTICIPAR DE LICITAÇÕES. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró, tem como finalidade acrescentar o parágrafo 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15.608/2007 - a qual estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná - com o objetivo de incluir a obrigatoriedade da reserva de cinco por cento das vagas de emprego para mulheres, nos editais de licitação de obras públicas e em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

todos os contratos diretos realizados com o mesmo fim promovidos pela administração pública estadual.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

De acordo com a determinação do REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que a pretensão parlamentar, dentro das políticas públicas de ações afirmativas, é inserir as mulheres no setor operacional da construção civil, visando impedir discriminações impostas nas contratações desse setor econômico, conforme a justificativa do autor.

Sendo assim, cumpre ressaltar que a norma constitucional do art. 37, inciso VIII, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabeleceu a reserva de vagas para deficientes físicos, o qual passou a ser adotado em diversos editais de concursos públicos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 37 (...)

VIII- a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; (grifo nosso)

A partir de tal previsão outros grupos sociais passam a pleitear a reserva de vagas para garantia de uma participação mínima em certos setores da sociedade.

Diante disso, cumpre destacar algumas normatizações como o "Programa Diversidade na Universidade", criado pela "Lei de Cotas", Lei Federal nº 10.558/2002, o "Estatuto da Igualdade Racial", instituído pela Lei nº 12.288/2010 e as normas para a realização das eleições municipais estabelecidas pela Lei Federal nº 9.100/95 que estabelece o mínimo de 20% das vagas para mulheres, conforme a seguir transcreve-se:

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

(...)

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres. (grifo nosso)

Por conseguinte, observa-se que o presente projeto visa a atenuação de desigualdades no tocante ao aproveitamento das oportunidades que surgem no mercado de trabalho da construção civil, através da reserva de vagas destinada às mulheres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

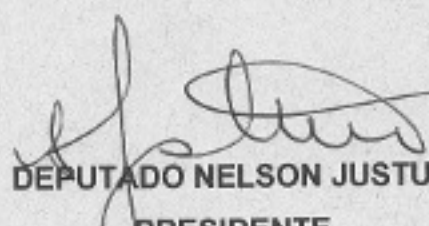
Isto posto, considerando a existência de previsões disciplinando sobre reserva de vagas, destinada a determinados grupos sociais, o projeto em tela possui adequação legal e constitucional.

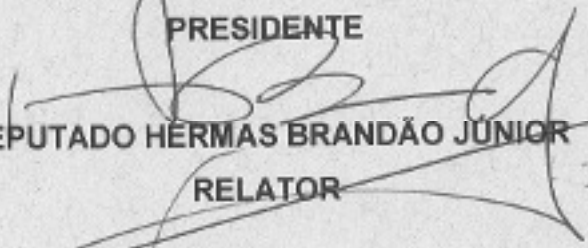
Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Caíto Quintana

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PARECER AO PROJETO DE LEI 162/11

Projeto de Lei nº 162/11

Autor: Deputado Plauto Guimarães

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do da Deputado Plauto Guimarães, tem por objetivo acrescentar o § 11 ao artigo 76 da Lei Estadual nº 15608/07, visando tornar obrigatório no Estado do Paraná constar em todos os editais de licitação e contratos diretos para obras públicas promovidos pelo Governo do Estado, a exigência de reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas.

DA TRAMITAÇÃO

A matéria em tela, obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, exarado pelo nobre Deputado Hermas Brandão Junior, sendo após, encaminhado à esta Comissão de mérito para parecer.

DA ANÁLISE

O presente Projeto de Lei visa inserir as mulheres neste amplo setor econômico, visando impedir discriminações impostas nas contratações dos setores operacionais da construção civil.

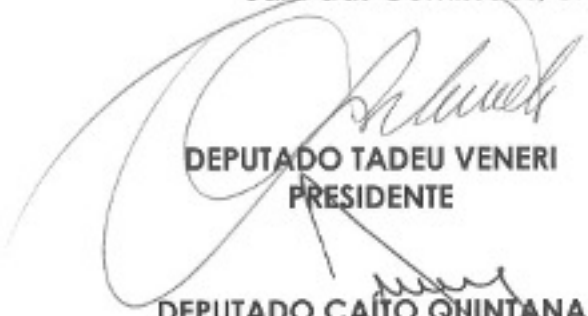
Desta forma, o Projeto de Lei em questão é meritório, louvável a iniciativa do nobre parlamentar, e por esta razão, tem nosso apoio.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, exaramos parecer favorável, opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1º de junho de 2011.



DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE



DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 162/2011


O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo incluir a obrigatoriedade nos editais de licitação de obras públicas, e em todos os contratos diretos realizados com o mesmo fim promovidos pela administração pública estadual, a reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, da mesma forma manifestou-se a Comissão de Direitos Humanos, opinando pela aprovação do projeto.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo inserir as mulheres neste amplo setor econômico, almejando obstar discriminações impostas nas contratações dos setores operacionais da construção civil, bem como confirmar o princípio constitucional da igualdade material.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em


CANTORA MARA LIMA
Presidente


MARLA TURECK
Relatora


Plauto Miró Guimarães Filho

Cantora Mara Lima



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 162/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo acrescer o § 11 ao artigo 76 da Lei Estadual 15608/07, visando tornar obrigatória a exigência de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas em todos os editais de licitação e contratos diretos para obras públicas promovidos pelo Governo do Estado.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e da Comissão dos Direitos da Mulher, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DA ANÁLISE

A presente alteração visa assegurar o princípio constitucional da igualdade, bem como, salvaguardar os direitos das mulheres neste setor da construção civil.

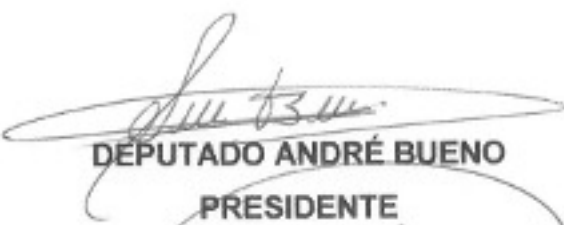
Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria relevante e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE

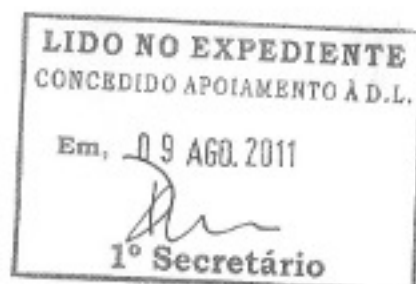


DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Pedro Lupion

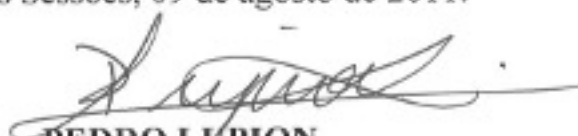


PROJETO DE LEI Nº 624/2011

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2011.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

14:58 09/08/2011 006079 MP ASSINELAR L151310100 00 119060



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA:

O Desembargador João Kopytowski, filho dos lavradores Francisco e Helena Kopytowski, é natural de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, tendo transferido residência para o Paraná no ano de 1959, com a finalidade de estudar e trabalhar.

Casou-se com Dona Inacita e é pai de Joacita Kopytowski Tafuri, Diretora Administrativa da Justiça Federal do Paraná e de João Kopytowski Filho, Engenheiro Agrônomo, Doutor em Microbiologia, atualmente pesquisador no Hawaii – EUA.

Ingressou na carreira pública no ano de 1961, no governo de Moisés Lupion. Trabalhou na Secretaria de Viação e Obras Públicas e na Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1969, foi aprovado no mesmo ano no concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura Paranaense. Pós-graduou-se pela Escola Superior de Guerra e Altos Estudos Amazônicos – ESG, no Rio de Janeiro, em 1978.

Por 2 anos, atuou como um verdadeiro “Juiz Itinerante” quando exerceu a judicatura nas Subseções Judiciárias de Cascavel e Foz do Iguaçu, as quais abrangiam 22 municípios. Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Coronel Vivida, Santa Mariana, Foz do Iguaçu, Araucária, São José dos Pinhais e nesta Capital.

Nos 11 anos que presidiu o 2º Tribunal do Júri da Comarca de Curitiba, teve o reconhecimento do meio jurídico e da mídia nacional em razão da modernização e agilização que empreendeu na Justiça. Entre as medidas de grande repercussão destacam-se o alistamento dos jurados voluntários – com matéria na revista Veja intitulada “Jurados de Boa-Vontade”; o uso de imagens no plenário e da hipnose para fins criminais, a reconstituição dos crimes *in loco* e a submissão dos crimes violentos de trânsito ao júri popular, com o acolhimento da tese do “Dolo Eventual no Delitos de Trânsito”, cujo ineditismo lhe rendeu inúmeras palestras em universidades e congressos, bem como em debates com os maiores juristas contemporâneos acerca dos novos procedimentos jurídico-policiais e psicossociais para reduzir a violência das ruas. Idealizou e articulou os Encontros Nacionais de Tribunais do Júri, difundindo as inovações nos julgamentos populares.

Fez parte o extinto Tribunal de Alçada e atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Pioneiro nas autorizações de escuta telefônica e em outros procedimentos investigativos como a remessa e operações controladas antes de sua regulamentação, elaborou trabalho sobre o “Controle Judicial das Buscas Domiciliares e da Escuta Telefônica à Luz da Constituição Federal”.

A defesa do Território Nacional e a recuperação moral e cívica do País foram temas recorrentes em suas palestras por todo o Brasil.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Pedro Lupion



Palestrou sobre violência, corrupção e drogas na Argentina, Uruguai, Porto Rico, Paraguai, México, Canadá, Chile, África do Sul e Rússia, e defendeu a criação da "Força Multilateral Anti-Narco-Terrorismo e outros Ramos da Criminalidade Organizada Transnacional" e da "MERCOPOL - Polícia do MERCOSUL".

Em 1996, visitou o Sistema Jurídico-Policial da Alemanha, a convite do governo alemão, acompanhado de um grupo de jornalistas.

Participou da Missão Internacional da ONU, de avaliação de equipamentos e cursos de treinamento para forças de segurança, para prevenção e combate ao narcoterrorismo nacional e intercontinental, em Brasília e região amazônica, no ano de 1998.

Do acervo de condecorações recebidas, destacam-se as Medalhas Coronel Sarmiento (Polícia Militar do Paraná), Amigo da Marinha do Brasil, de Pacificador (Exército Brasileiro), do Mérito Santos Dumont (Força Aérea Brasileira).

Recebeu, ainda, as insígnias de Honra ao Mérito Militar, concedida pela Presidência da República: Mérito do Ministério Público Militar, outorgada pela Procuradoria-Geral da República; e Mérito pela Valorização da Vida, da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - SENAD, do Ministério da Justiça, pelos relevantes serviços prestados.

Das homenagens internacionais destacam-se o reconhecimento da polícia federal norte-americana especializada no combate ao tráfico de drogas internacional - DEA (*Drug Enforcement Administration*), da polícia federal criminal alemã - BKA (*Bundeskriminalamt*), da real polícia montada do Canadá - RCMP (*Royal Canadian Mounted Police*), pelas orientações jurídicas prestadas para o combate ao narcotráfico intercontinental, bem como a condecoração de "Cruz do Cavaleiro da Ordem do Mérito da República da Polônia", no ano de 2010.

Teve o reconhecimento por sua brilhante carreira em menções elogiosas das Câmaras Municipais de Curitiba, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu, bem como desta Assembléia Legislativa e da Câmara Federal.

É Cidadão Honorário de Santa Mariana (1985), São José dos Pinhais (1988), Curitiba (1994) e Foz do Iguaçu (2006).

Em 2005, recebeu o título de Cidadão Benemérito de Itaiópolis/SC, sua terra natal.

Com esse currículo impressionante e com sua vida já fazendo parte da história paranaense - pois são 52 anos contínuos de serviço público prestados ao nosso Estado, o desembargador João Kopytowski, faz jus à homenagem que estamos propondo, bem como o Paraná faz justiça a um dos seus mais brilhantes homens que, tendo nascido na vizinha Santa Catarina, escolheu esta unidade federativa como sua terra, para dar a sua parcela de colaboração na construção de um Estado que prima pela formação da cidadania de seu povo.

Por isso, peço aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Deputado Pedro Lupion

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 15 AGO, 2011

Rm
1º Secretário

REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei nº 624/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 624/11, o qual concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2011.

Pedro Lupion
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 624/2011

Projeto de Lei nº 624/2011

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: FICA CONCEDIDO O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO DESEMBARGADOR JOÃO KOPYTOWSKI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador João Kopytowski.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

PROJETO DE LEI N.º 031/2011

EMENTA: REVOGA A LEI N.º 16.656, DE 09 DE DEZEMBRO DE
2010, QUE DISPÕE QUE AS VIÚVAS (OS) DOS (AS)
GOVERNADORES DO ESTADO PASSAM A PERCEBER
PENSÃO.

I - RECEBIDO;
II - PROTOCOLE-SE;
III - A DIRETORIA
LEGISLATIVA PARA
PROVIDÊNCIAS.
EM 14/06/11
PRESIDENTE

O Deputado que o presente subscreve, vem, com o respeito de
costume perante Vossa Excelência, inconformado com a aprovação do
parecer contrário ao recurso apresentado na Comissão de
Constituição e Justiça ao Projeto de Lei em epígrafe, interpor
RECURSO AO PLENÁRIO requerendo, pois, a juntada das razões
em anexo e seu normal processamento.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 14 de junho de 2011.

DEP. PROF. LEMOS



RAZÕES DE RECURSO

1. O parecer pela ilegalidade do Projeto de Lei n.º 031/2011, aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, deve ser reformado eis que absolutamente contrário aos mais mezinhos e elementares princípios de direito, conforme demonstraremos a seguir:

BREVE INTRÓITO

Em 16 de fevereiro de 2011, este subscritor deu entrada no Projeto de Lei n.º 031/2011 que visa revogar a Lei n.º 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas (os) dos (as) governadores do estado passam a perceber pensão.

Sucedee, porém, que o relator da matéria, ao exarar o seu relatório aprovado em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, alegando-se vicio de iniciativa, e, portanto, apresentando-se o projeto inconstitucional.

Inconformado com o parecer, foi interposto recurso aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e de igual sorte foi rejeitado na sessão daquela comissão permanente na data de hoje.

DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelo relator na Comissão de Constituição de Justiça.

Poder-se-ia dizer, ainda, que a Emenda Modificativa de Plenário ao Projeto de Lei n.º 220/2011 busca exatamente cumprir o que a Constituição Estadual determina, ou seja, pretende coibir **o aumento de despesa do Poder Legislativo Paranaense**.



Quanto à iniciativa do presente projeto, verifica-se que a Lei n. 16.656 de 09 de Dezembro de 2010 a qual pretende-se revogar, foi de autoria do então parlamentar Deputado Antônio Anibelli, não restando dúvida de que, com base no **princípio do paralelismo das formas**, segundo o qual os atos jurídicos, quando interligados, devem apresentar o mesmo instrumento de exteriorização, deste subscritor, parlamentar autor do presente projeto, possui competência para propor a matéria em apreço.

Ademais, verifica-se que minha prerrogativa e competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Este entendimento está inserido também na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, o qual se observa:

Art. 65 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Diante de todo o exposto, requer o signatário que Vossa Excelência se digne a ordenar o processamento do presente RECURSO, e que seja designado Relator e incluído na Ordem do Dia o mais breve possível.



Requer finalmente ao Relator da matéria, seja exarado parecer favorável ao presente RECURSO, bem como a aprovação pelo plenário desta Comissão, para **que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior aprovação no Plenário desta Casa de Leis.**

Termos em que,

Pede deferimento.

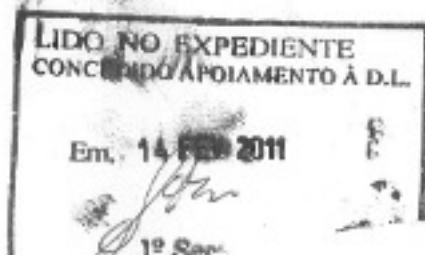
Curitiba, 14 de junho de 2011.


DEP: PROFESSOR LEMOS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI Nº 031/11

SÚMULA: Revoga a Lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas(os) dos(as) governadores do Estado passam a perceber pensão.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas(os) dos(as) governadores do Estado do Paraná, passam a perceber pensão por morte, nos termos que especifica.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2011.

Professor Lemos
Deputado Estadual



15:12 14/02/2011 000214 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA

Considerando-se o princípio da moralidade exarado pelo Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil em relação à administração pública, bem como os fortes apelos da sociedade paranaense e brasileira pela necessidade da austeridade nos gastos públicos e o exemplo a ser dado pelos políticos e dirigentes públicos de todas as esferas, torna-se inaceitável o dispositivo legal que garante pensão às viúvas e/ou viúvos de governadores do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo trazer a esta casa de leis uma discussão importante e atual e oferecer uma valiosa ferramenta para o Paraná tornar-se exemplo no combate aos privilégios que secularmente acompanham a política brasileira.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 031/11

Projeto de Lei nº. 31/2011

Autor: Deputado Professor Lemos

SÚMULA: REVOGA A LEI Nº 16.656, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE QUE AS VIÚVAS(OS) DOS(AS) GOVERNADORES DO ESTADO PASSAM A PERCEBER PENSÃO POR MORTE.

EMENTA: ART. 65 E 66 DA CE. LC 95/98. ART. 124º - REGIMENTO INTERNO. INCONSTITUCIONAL. VICIO DE INICIATIVA. NÃO APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DO PARALELISMO DAS FORMAS. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI EDITADAS É DO PODER JUDICIÁRIO. REJEIÇÃO.

1. PREÂMBULO

O Projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Professor Lemos, dispõe sobre a revogação da lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas(os) dos(as) governadores do estado passam a perceber pensão por morte.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Do Vício de Iniciativa

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 124º. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Ainda sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65º. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dito isto, incumbe analisar o anseio do representante popular, que pretende a revogação da Lei que permite a pensão vitalícia às viúvas dos Ex-Governadores do Estado, que percebiam verba de representação vitalícia, com fulcro no §5º do artigo 85 da Carta Constitucional Estadual.

Primeiramente, insta salientar que o pagamento ao beneficiário é feito pelo Poder Executivo, órgão de execução, incumbido



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

de executar a máquina administrativa, através da Secretaria de Estado de Administração e Previdência.

Sendo assim, ao revogar a lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas(os) dos(as) governadores do estado passam a perceber pensão por morte, o legislador incorre no vício de iniciativa, pois acaba por usurpar competência do Poder Executivo, uma vez que é de atribuição do próprio Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre as atribuições das Secretarias de Estado.

Corroborando do acima exposto, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado. Vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Na mesma linha de raciocínio, ainda devemos ressaltar que legislar acerca de servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria também é competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 66, II:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

II – servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva. (Grifo nosso)

Sabe-se que as viúvas não são servidoras públicas. Todavia, **deve-se aplicar a analogia no presente caso**, pois há uma lacuna no ordenamento jurídico. A aplicação deste tipo de interpretação está prevista na Lei de Introdução ao Código Civil. Sua concepção espelha-se na afirmativa dos romanos: *Ubi eadem ratio ibi idem jus* (onde houver o mesmo fundamento haverá o mesmo direito), ou *Ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio* (onde impera a mesma razão deve prevalecer a mesma decisão). Dispõe o art. 4º da LICC:

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Segundo Maria Helena Diniz (2005, pág. 231), analogia “é a aplicação, a um caso não regulado de modo direto ou específico por uma norma jurídica, de uma prescrição normativa prevista para uma hipótese distinta, mas semelhante ao caso não contemplado, fundando-se na identidade do motivo da norma, e não na identidade do fato.”¹

¹ DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2005.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Dessa maneira, é perfeitamente cabível a analogia no presente caso, tendo em que vista que existe identidade no motivo da norma. Ora, se é competência privativa do Governador legislar quanto ao regime jurídico e quanto à aposentadoria dos servidores públicos, obviamente o pagamento de pensão para viúvas de Ex-Governadores também deve ter o mesmo tratamento. Isso se torna ainda mais claro ao observarmos que a pagamento da pensão tem o mesmo tratamento e é administrado pelo mesmo órgão que faz a gestão das aposentadorias dos servidores, qual seja, a Secretaria de Estado de Administração e Previdência.

Portanto, por qualquer prisma que se analise, poderemos constatar o vício de iniciativa no projeto de lei em análise.

Em relação ao vício de iniciativa, posiciona-se o Superior Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 6619/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. INICIATIVA PARLAMENTAR. CONCESSÃO DE MELHORIA SALARIAL AOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO. VÍCIO DE INICIATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL 1. A Constituição do Brasil, ao conferir aos Estados-membros a capacidade de auto-organização e de autogoverno (artigo 25, caput), impõe a obrigatória observância de vários princípios, entre os quais o pertinente ao processo legislativo, de modo que o legislador estadual não pode validamente dispor sobre as matérias reservadas à iniciativa privativa do Chefe do Executivo. 2. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.

(ADI 1124, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/03/2005, DJ 08-04-2005 PP-



Vislumbra-se, portanto, que o presente projeto de lei se encontra revestido de vício formal, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do órgão competente, qual seja, no caso em comento, Poder Executivo.

2.2 Do Princípio do Paralelismo das Formas e Do Controle de Constitucionalidade

Conforme exposto, o escopo da proposição do Ilustre Deputado Estadual Professor Lemos é revogar a Lei 16.656/2010, a qual foi proposta pelo Ex-Deputado Antonio Anibelli.

Pelos mesmos motivos acima expostos, a lei que se pretende revogar também é inconstitucional. Ou seja, **o que observa-se é um projeto de lei inconstitucional tentando revogar uma lei com o mesmo vício.**

Em que pese a nobre intenção do parlamentar estadual em revogar a Lei em comento, com espeque na inconstitucionalidade da mesma, não pode o representante popular olvidar-se do que traduz a Constituição no que tange à Iniciativa das Leis. Ao fechar os olhos para o que dispõe a Constituição Estadual acerca da competência Legislativa, o legislador incorreria no mesmo equívoco cometido outrora.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Assim, deve-se frisar que não cabe para o presente caso invocar o **princípio do paralelismo das formas**. De acordo com Ilustríssimo Professor Paulo Bonavides², segundo este princípio "um ato jurídico só se modifica mediante o emprego de formas idênticas àquelas adotadas para elaborá-la".

Dessa forma, poder-se-ia incorrer no erro de argumentar que se a primeira lei foi proposta por um parlamentar e foi aprovada, embora não fosse sua competência; a segunda, que pretende revogá-la, por também ter sido proposta da mesma maneira, deveria ter o mesmo tratamento e ser considerada constitucional, sendo o ato correto para modificar a primeira.

Todavia, não podemos aplicar tal raciocínio, tendo em vista que a lei de autoria do Ex-Deputado Anibelli deve ser considerada inconstitucional, muito embora esteja vigente. Digo isto porque apesar da lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, ter sido proposta por parlamentar estadual, a matéria nela contida, assim como a do projeto em análise, era de competência do Governador do Estado.

Faz-se necessário, portanto, uma análise mais criteriosa do caso, pois não é pela edição de mais uma lei inconstitucional que corrigiremos os erros de outrora, sob pena de eternizarmos o vício.

Faz-se imperioso recordar neste momento, que o **controle de constitucionalidade das leis no Brasil é jurisdicional**, sendo a Ação

² BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 182.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Direta de Inconstitucionalidade o melhor meio para sanar o defeito jurídico encontrado na Lei 16.656/2010. Sobre o assunto, ensina José Afonso da Silva, em sua obra "Curso de Direito Constitucional Positivo":

"Em suma, à vista da Constituição vigente, temos a inconstitucionalidade por ação ou por omissão, e o controle de constitucionalidade é o jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado, este de competência do Supremo Tribunal Federal. (...)

Toda a modificação constitucional, feita com desrespeito do procedimento especial estabelecido (iniciativa, votação, quorum, etc.) ou de preceito que não possa ser objeto de emenda, padecerá de vício de inconstitucionalidade formal ou material, conforme o caso, e assim ficará sujeita ao controle de constitucionalidade pelo Judiciário, tal como se dá com as leis ordinárias."

Não se nega que o Poder Legislativo também pode fazer o controle de constitucionalidade, entretanto, tal controle é feito de forma preventiva (**controle de constitucionalidade preventivo**), antes mesmo do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

projeto de lei se tornar norma vigente no ordenamento jurídico. Alexandre de Moraes [2005, p. 632]³, bem pontua a respeito do tema:

"Dentro deste procedimento, podemos vislumbrar duas hipóteses de Controle Preventivo de Constitucionalidade, que busca evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais, as comissões de constituição e justiça e o veto jurídico."

Porém, a guarda da constitucionalidade de leis vigentes, também chamada de **controle repressivo**, é feita tão somente pelo Poder Judiciário. Nesta linha de raciocínio está o doutrinador Alexandre de Moraes [2005, p. 633]³:

"No Direito Constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o Controle de Constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, em que é o próprio Poder Judiciário quem realiza o controle de lei ou ato normativo, já editados, perante a Constituição Federal, para retirá-los do ordenamento jurídico, desde que Contrários a Carta Magna."

³ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 17ª Edição. São Paulo: Atlas, 2.005.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Por todo o exposto, resta claro que a revogação da Lei 16.656/2010 não é medida cabível para sanar a inconstitucionalidade da Lei Estadual, pois não é competência do Legislativo o controle de constitucionalidade de ato normativo já editado (controle repressivo), sendo tal competência privativa do Poder Judiciário.

2.3 Da Segurança Jurídica

O princípio da segurança jurídica não é específico do Direito Administrativo, posto que comum a qualquer sistema jurídico, mas é especialmente relevante neste ramo. Cuida tal princípio de impedir alterações surpreendentes de direitos dos administrados, o que é determinante no presente caso, e de minorador dos efeitos traumáticos que resultem de novas disposições jurídicas que alcancem situações em curso, como a do pagamento das "pensões por morte" para as viúvas de Ex-Governadores.

O Projeto de Lei, na forma em que se apresenta, acaba obstando o recebimento da pensão das viúvas que tem este direito adquirido por força das Constituições anteriores à de 1988. Portanto, não respeita um dos mais caros valores do direito, um princípio que acompanha o homem desde o início de sua história jurídica e está profundamente incrustado na consciência da sociedade como um monumento perene e universal, que é o princípio da segurança jurídica, o qual lembra imediatamente a noção de ato jurídico perfeito, coisa julgada e direito adquirido.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

O direito adquirido e o ato jurídico perfeito são protegidos pela Carta Magna da Nação, em seu art. 5º, XXXVI:

Art. 5º (...)

"XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;"

O Eminentíssimo Professor José Joaquim Gomes Canotilho, corroborando a tese de que os conceitos de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada estão relacionados com a segurança jurídica, leciona:

"Os princípios da proteção da confiança e da segurança jurídica podem formular-se assim: o cidadão deve poder confiar em que aos seus atos ou às decisões públicas incidentes sobre os seus direitos, posições jurídicas e relações, praticados ou tomadas de acordo com as normas jurídicas vigentes, se ligam os efeitos jurídicos duradouros, previstos ou calculados com base nessas mesmas normas. Estes princípios apontam basicamente para: (1) a proibição de leis retroativas; (2) a inalterabilidade do caso julgado; (3) a tendencial irrevogabilidade de atos administrativos constitutivos de direitos.⁴"

⁴ CANOTILHO, J. J. GOMES. **Direito constitucional**. 6. ed. Coimbra: Almeida, 1995.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Mister salientar que o artigo 5º da Constituição está arrolado dentre os direitos e garantias fundamentais do cidadão, que conforme preceitua o art. 60, §4º, inciso IV, é IMPOSSÍVEL de ser declarado inconstitucional ou suprimido do texto da referida Constituição:

Art. 60. (...)

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

IV - os direitos e garantias individuais.

A percepção da pensão paga, por força de lei às viúvas, encontra amparo constitucional estadual que não pode ser deixada ao desamparo de norma que consigne sua continuidade, sob pena de ferirmos o princípio explanado acima. Assim, a supressão da norma, sem que se dê possibilidade de continuidade do direito daquelas que não podem mais ser alienadas deste, fere frontalmente o ordenamento instituído pela Constituição Federal.

Portanto, deve-se observar que a Lei 16.656/2010 é a que atualmente regula o direito adquirido das viúvas. Se esta norma vier a ser revogada, estará sendo atingido frontalmente o direito adquirido das viúvas de Governadores do Estado do Paraná, tuteladas pelo ordenamento jurídico então em vigor, e este direito, protegido pelo ordenamento constitucional como citado acima não estará mais sendo regulamentado por norma alguma, abrindo verdadeira lacuna na ordem jurídica atinente ao assunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Nesse sentido, destaque-se ainda, que no presente caso, ao revogar a Lei 16.656/2010, nenhuma das leis anteriormente revogadas, que dispõe sobre a matéria, recuperarão seus efeitos jurídicos. Ou seja, não podem ocorrer os efeitos da repristinação.

A repristinação não se aplica ao caso, pois de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), a repristinação no Direito Brasileiro deve estar expressamente determinada na lei revogadora, o que não acontece no caso em tela. Dispõe o art. 2º, §3º, da LICC:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

(...)

§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Assim sendo, está claro que se aprovado o projeto em análise, o direito adquirido da pensão não terá lei regulamentadora.

Isto posto, resta claro os inevitáveis prejuízos legais e constitucionais inerentes ao projeto de lei em análise, razão pela qual deve ser rejeitado por esta Comissão de Constituição e Justiça.

2.3 Considerações Finais

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Sendo assim, devido flagrante inconstitucionalidade demonstrada no que tange a sua iniciativa, opinamos pela sua rejeição.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **INCONSTITUCIONALIDADE**, opinamos pela sua **REJEIÇÃO**.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

PROJETO DE LEI N.º 031/2011.

EMENTA: REVOGA A LEI N.º 16.656, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE QUE AS VIÚVAS (OS) DOS (AS) GOVERNADORES DO ESTADO PASSAM A PERCEBER PENSÃO.

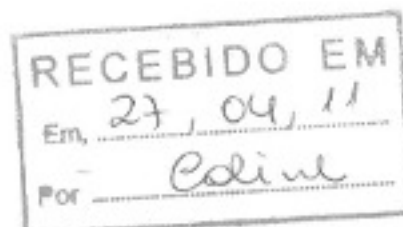
O Deputado que o presente subscreve, vem, com o respeito de costume perante Vossa Excelência, inconformado com a aprovação do parecer contrário por meio do voto em separado ao Projeto de Lei em epígrafe do Deputado CEZAR SILVESTRE FILHO, interpor **RECURSO** requerendo, pois, a juntada das razões em anexo e seu normal processamento.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 27 de abril de 2011


DEP. PROF. LEMOS



16h15m.



RAZÕES DE RECURSO

1. O parecer pela ilegalidade do Projeto de Lei n.º 031/2011, aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, deve ser reformado eis que absolutamente contrário aos mais comezinhos e elementares princípios de direito, conforme demonstraremos a seguir:

BREVE INTRÓITO

Em 16 de fevereiro de 2011, o Dep. Professor Lemos deu entrada no Projeto de Lei n.º 031/2011 que visa revogar a Lei n.º 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas (os) dos (as) governadores do estado passam a perceber pensão.

Sucedee, porém, que o relator da matéria, ao exarar o seu relatório aprovado na última sessão desta Comissão, alega que vício de iniciativa, apresentando-se o projeto inconstitucional.

DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelo relator na Comissão de Constituição de Justiça.

Poder-se-ia dizer, ainda, que a Emenda Modificativa de Plenário ao Projeto de Lei n.º 220/2011 busca exatamente cumprir o que a Constituição Estadual determina, ou seja, pretende coibir ***o aumento de despesa do Poder Legislativo Paranaense.***

Quanto à iniciativa do presente projeto, verifica-se que a Lei n. 16.656 de 09 de Dezembro de 2010 a qual pretende-se revogar, foi de autoria do então parlamentar Deputado Antônio Anibelli, não restando dúvida de que, com base no **princípio do paralelismo das formas**, segundo o qual os atos jurídicos, quando interligados, devem apresentar o mesmo instrumento de



exteriorização, deste subscritor, parlamentar autor do presente projeto, possui competência para propor a matéria em apreço.

Ademais, verifica-se que minha prerrogativa e competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Este entendimento está inserido também na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, o qual se observa:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Diante de todo o exposto, requer o signatário seja o presente RECURSO processado por esta Comissão de Constituição e Justiça, e que seja designado Relator o mais breve possível.

Requer finalmente ao Relator da matéria, seja exarado parecer favorável ao presente RECURSO, bem como a aprovação pelo plenário desta Comissão, para **que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior aprovação no Plenário desta Casa de Leis.**

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 27 de abril de 2011.


DEP. PROFESSOR LEMOS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**RECURSO CONTRA: PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº.
031/11**

RECORRENTE: DEP. PROFESSOR LEMOS

**EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER
CONTRÁRIO DA CCJ NA FORMA DO
REGIMENTO INTERNO ALEP - ART. 33, § 2º, "a" -
PRAZO DE 03 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA
PUBLICAÇÃO DO PARECER - RECURSO
TEMPESTIVO - RECURSO CONHECIDO -
NOMEAÇÃO DE NOVO RELATOR.**

Insurge-se o postulante contra o parecer (voto em separado), aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional o Projeto de Lei nº. 031/11, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33, § 2º, alínea a:

§ 2º - A. Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma Proposição, a sua tramitação será interrompida e a Proposição encaminhada à Mesa Executiva, para arquivamento, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo recurso do autor a própria Comissão, no prazo de 03 (três) dias contados da data da publicação do parecer no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo ou da notificação pessoal do autor;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Conforme se depreende da leitura do supra citado artigo do Regimento Interno desta Casa de Leis, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 03 dias úteis na CCJ, tendo mais 02 (dois) dias ainda para o recurso de plenário.

Assim, considerando-se que a publicação no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo se deu em 26 de abril de 2011, conforme cópia do Diário Oficial em anexo, e que, iniciando a contagem como determinado no Regimento, temos que a Impugnação ora em análise, foi protocolada junto à Comissão de Constituição e Justiça na data de 27 de abril de 2011, estando assim dentro do prazo recursal.

Desta forma, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, CONHEÇO DO RECURSO, no sentido de que seja o Projeto de Lei nº. 031/11 incluído na pauta para nova deliberação, determinando para tanto, a nomeação de novo relator.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 2011.

Dep. Nelson Justus
Presidente da CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Alexandre Curi

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 031/11

Projeto de Lei nº. 31/2011
Autor: Deputado Professor Lemos

PREFÁCIO

O projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Professor Lemos, dispõe sobre a revogação da lei nº 16.656, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe que as viúvas (os) dos (as) governadores do estado passam a perceber pensão por morte.

A presente matéria obteve parecer contrário do senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e o senhor deputado professor lemos apresentou recurso.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Segundo o artigo 66 da Constituição Estadual, é competência privativa do Governador as atribuições das Secretarias de Estado, que no caso em questão trata-se de legislar quanto ao regime jurídico e quanto à aposentadoria dos servidores públicos, devendo ter o pagamento de pensão para viúvas de ex-governadores o mesmo tratamento.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.


Apesar do relevante interesse social da referida matéria, inexistente a legitimidade para propor projetos de lei com este objeto por parte do autor.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a **INCONSTITUCIONALIDADE** apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela **REJEIÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

